

Ética, teologia e economia

Como unir economia com ética e teologia? Por ocasião da Conferência de Santo Domingo, em 1993, João Paulo II desenhou essa proposta afirmando a necessidade de se “instaurar uma verdadeira economia de comunhão e participação de bens, tanto na ordem internacional como nacional”. Na recente encíclica *Caritas in veritate*, Bento XVI resgata a proposta desejando que se coloque no centro do mercado e, portanto, da sociedade, dois princípios cristãos fundamentais: a gratuidade e a reciprocidade. Aparentemente um paradoxo. Afinal, esses princípios são dos mais combatidos pelo capitalismo ao longo da história.

Na Europa Ocidental do século XI a ascensão comercial foi enfraquecendo gradualmente a visão ética do valor da pessoa como centro da ação econômica. O lucro passou a ter a primazia. A racionalidade capitalista tenta explicar o lucro como resultado da “eleição de Deus” e sai em defesa da autonomia econômica, diluindo os ensinamentos da religião e da moral. Teóricos como Adam Smith e Max Weber dão uma efetiva contribuição ética ao pensamento econômico, defendendo e declarando a necessidade da humanização dos comportamentos socioeconômicos.

A crescente industrialização e o consequente empobrecimento do operariado do final do século XIX estimulou a consciência cristã. O papa Leão XIII, através da primeira encíclica de cunho social, a *Rerum novarum*, instaurou uma relação dialógica e operacional da Igreja com a sociedade, evidenciando a caridade evangélica como fundamento para toda ação social. São fatores que convergem para a significação da *Caritas in veritate* quando a encíclica mostra a força da caridade e, conseqüentemente, da gratuidade e da reciprocidade, como aspecto extremamente influente no desenvolvimento socioeconômico.

Se por um lado o sistema econômico globalizado e neoliberal vigente continua colocando o lucro no centro das ati-



Lumbudi T. Bertin

Através do desenvolvimento e atuação da Doutrina Social da Igreja, vários sinais já esboçam um sistema histórico-universal fundamentado na comunhão

vidades, por outro, estimula a genialidade humana a dar respostas à problemática social com novas categorias. A comunhão emerge como uma delas.

Nesse cenário, a Igreja é chamada a colaborar. A fonte de seu argumento está na comunhão vivida na Santíssima Trindade revelada por Jesus Cristo. Através do desenvolvimento e atuação da sua Doutrina Social vários sinais já esboçam um sistema com envergadura histórico-universal fundamentado na comunhão. Empresários e funcionários, abertos a uma linha relacional de superação de éticas diferentes, contraditórias e conflitantes, estão protagonizando novos movimentos.

O projeto Economia de Comunhão na Liberdade (EdC), lançado por Chiara Lubich no Brasil em 1991, emerge como uma dessas respostas. Originada pelo estilo de vida das comunidades do Movimento dos Focolares, conta hoje com mais de 700 empresas envolvidas de formas diversas, que têm a comunhão como experiência vital de cada dia. Aberta à cultura e à ciência, a EdC tem se tornado um espaço dialógico de relação e inclusão em vários níveis de influência acadêmica, política e empresarial.

A superação das diferenças sociais passa, indiscutivelmente, por uma experiência relacional de gratuidade e reciprocidade. Nesse sentido a comunhão, como é abordada no projeto de Chiara Lubich,

torna-se um paradigma ético-teológico no agir socioeconômico. A Igreja no Brasil e no mundo se interessa cada vez mais por esse projeto que não deve ser considerado filantropia ou assistencialismo, mas como uma teoria econômica que avança e já dá resultados.

A Campanha da Fraternidade deste ano também aprofundará essa proposta.

* O autor é sacerdote, especialista em Teologia Moral e Espiritualidade.